



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: CE2FF-8B500-174B1



Relatório Técnico 00065/2022-7

Protocolo(s): 04045/2022-7

Assunto: Procedimento preliminar de análise de contas

Criação: 09/03/2022 13:55

Origem: NPPREV - Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PREFEITO)

Município	Iconha
Exercício	2020
Vencimento	29/04/2023
Prefeito(s) ¹	João Paganini
Prefeito ²	Gedson Brandão Paulino

1. Responsável(eis) pelo governo
2. Responsável pelo envio da prestação de contas

RELATOR:

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

AUDITORA DE CONTROLE EXTERNO:

Adriane de Paiva Lima

Matr.: 203.104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA.....	4
2.1	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	5
2.2	UNIDADE GESTORA ÚNICA	6
3	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	7
3.1	EQUILÍBRIO FINANCEIRO	9
3.1.1	Resultado Orçamentário do Regime de Previdência	10
3.1.2	Resultado Financeiro do Regime de Previdência	10
3.1.3	Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira	11
3.1.4	Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência ...	12
3.1.5	Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos	13
3.2	EQUILÍBRIO ATUARIAL	15
3.2.1	Avaliação Atuarial do Exercício	15
3.2.2	Evolução das Avaliações Atuariais	16
3.2.3	Implementação e Efetividade do Plano de Amortização.....	17
4	REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.....	21
5	CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	21

1 INTRODUÇÃO

As contas anuais, objeto de apreciação nos presentes autos, refletem a conduta do Sr. **João Paganini**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, no exercício de 2020.

Compete ao Núcleo de Controle Externo de Previdência e Pessoal – NPPREV a elaboração de relatório técnico específico, manifestando-se acerca de circunstâncias que possam repercutir na apreciação de contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, no que tange à condução da política previdenciária, nos termos previstos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016¹.

Com vistas ao julgamento das contas de governo do Sr. **João Paganini**, as contas apresentadas, autuadas neste Tribunal sob o Processo TC- 2401/2021-9, foram objeto de análise pela auditora de controle externo que subscreve o presente Relatório Técnico (RT), cujas constatações se apresentam nele descritas.

A análise das contas em questão teve seu escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, sendo realizada com base na apreciação das peças e demonstrativos encaminhados pelo gestor responsável, pelo respectivo Regime Próprio de Previdência, assim como em informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, abrangendo a gestão da política previdenciária do ente federativo.

Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

¹ Art. 9º A instrução dos processos de tomada ou prestação de contas apresentadas pelos ordenadores de despesas e administradores dos regimes próprios de previdência municipal e estadual, observará o seguinte escopo: (...)

§ 1º Serão consideradas nas contas de governo as irregularidades ou impropriedades identificadas na instrução dos processos de que trata o caput deste artigo que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo; (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a unidade técnica responsável pela instrução dos processos de prestação de contas dos regimes próprios de previdência elaborará o relatório técnico específico que subsidiará a análise das contas de governo. (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

2 POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

O modelo brasileiro de seguridade é composto por três pilares (saúde, assistência e previdência) que visam garantir a oferta de benefícios previdenciários, em sistema contributivo e de filiação obrigatória, além de abranger serviços de proteção social aos cidadãos, em atenção aos objetivos previstos na Constituição da República.

O sistema nacional de previdência está dividido em três regimes (Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio de Previdência e Previdência Complementar), cujas características se encontram apresentadas a seguir:

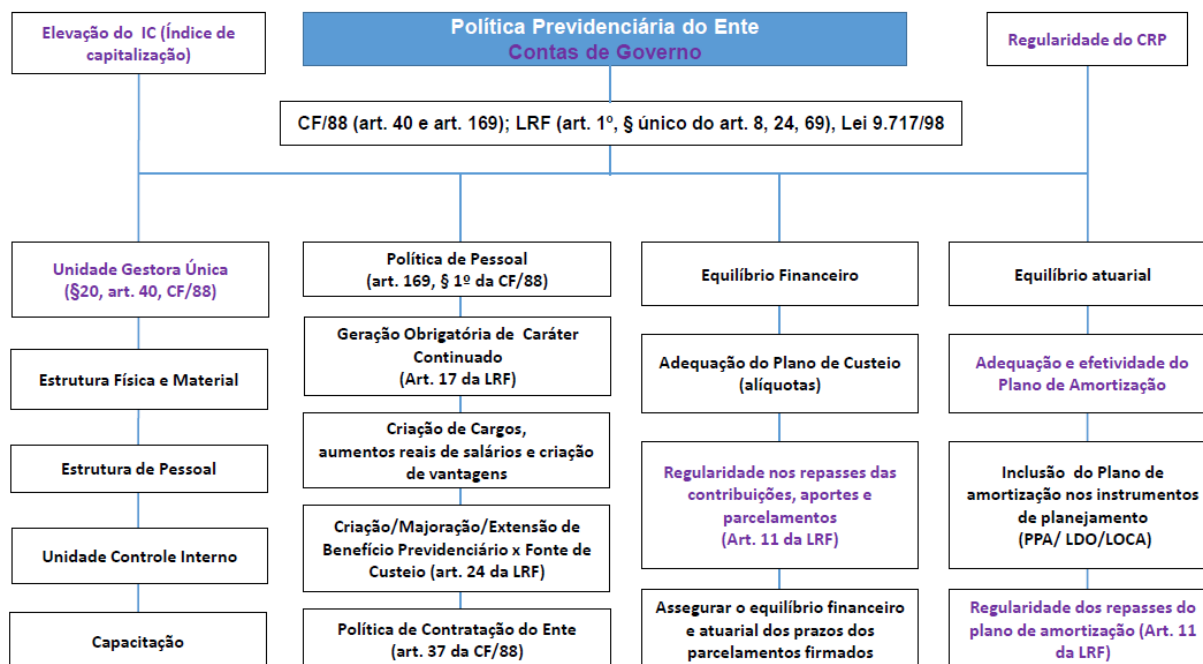
Quadro 1) Pilares do Sistema Previdenciário Brasileiro

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS	REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – RPPC
Segurados	Trabalhadores do setor privado e servidores não vinculados ao RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores
Filiação	Compulsório	Compulsório	Facultativo
Natureza	Sistema público	Sistema público	Sistema privado
Gestão	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)
Proteção	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares
Fundamento constitucional	Artigo 201 da CF	Art. 40 da CF	Art. 202 da CF
Fundamento legal	Leis 8.212 e 8.213/1991	Lei 9.717/1998 e leis de cada ente	LC 108 e 109/2001

Fonte: MOTTA, Leonardo da Silva. Normas Gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda.

Verifica-se a adoção de Regime Próprio de Previdência Social no município de Iconha, instituído por meio da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992.

A condução da política previdenciária por parte do ente federativo instituidor requer a existência de unidade gestora única do sistema previdenciário, condução adequada da política de pessoal, além de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial estabelecida pela Constituição Federal, conforme demonstrado:



2.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O planejamento governamental da política previdenciária deve conter programa que contemple a previsão e o acompanhamento dos recursos destinados à execução de ação específica para equacionamento do déficit atuarial do regime previdenciário, caso apurado, uma vez que este representa programa de duração continuada, nos termos previstos pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

A redação dada pela Resolução TC 334, de 11 de dezembro de 2019, que modifica o escopo de análise de contas previsto pela Resolução TC 297/2016, prevê a necessidade de verificação da existência de programa/ações nos instrumentos de planejamento do ente contemplando o plano de amortização estabelecido em lei.

Com base na declaração da existência de programação específica nos instrumentos de planejamento (PPA/LDO/LOA) para amortização do déficit atuarial (arquivo DELPROG), a Prefeitura Municipal de Iconha demonstrou a existência dessa programação; em conformidade com o disposto pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

No entanto, considerando que a DELPROG é facultativa para a PCA/2020 e obrigatória para os exercícios posteriores; esse ponto de controle deverá ser objeto de análise nas próximas prestações de contas anuais.

2.2 UNIDADE GESTORA ÚNICA

A existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores titulares de cargos efetivos ou mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal ofende o art. 40, § 20, da Constituição Federal de 1988.

Art. 40. [...]

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

As aposentadorias concedidas anteriormente à criação do RPPS, assim como as pensões delas decorrentes, constituem benefícios de natureza estatutária e, portanto, não devem estar abrangidas no conceito de unidade gestora única.

Em consulta à declaração da existência de pagamento de benefícios previdenciários diretamente pelo Chefe do Poder Executivo (DECINAT), documento contido nas contas de governo do ente federativo, consta declaração de que não há pagamento de aposentadorias e pensões sendo realizados de forma direta pela prefeitura.

Com base na execução orçamentária dos órgãos e entidades públicas do ente federativo, encaminhada por meio do módulo “PCM”, do sistema CidadES, identifica-se pagamento de aposentadorias e pensões por parte da seguinte unidade gestora:

Tabela 1) Pagamento de Benefícios Previdenciários e Assistenciais **Em R\$ 1,00**

Unidades Gestoras	Aposentadorias 3.1.90.01.xx	Pensões 3.1.90.03.xx	Outros Benefícios Assistenciais 3.3.90.08.xx	Total
032E0800001 - IPASIC	3.405.804,54	577.797,70	0,00	3.983.602,24
Total	3.405.804,54	577.797,70	0,00	3.983.602,24

Fonte: Demonstrativo BALEXOD – PCM/2020.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Conforme disposto pelo art. 9º, § 2º, da EC 103/2019, o pagamento de outros benefícios assistenciais deve ser realizado diretamente pelo ente federativo, cabendo ao regime previdenciário apenas o pagamento de aposentadorias e pensões.

Em consulta ao módulo de “Folha de Pagamento”, do sistema CidadES, identifica-se que não ocorreu pagamento direto de aposentadorias e pensões por parte do Tesouro do ente federativo, conforme relação a seguir:

Tabela 2) Benefícios Concedidos Anteriormente à Criação do RPPS

Unidade Gestora	CPF	Aposentadoria ou Pensão	Data de Concessão do Benefício
-	-	-	-

Fonte: Módulo CidadES/Folha de Pagamento.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Assim, verifica-se a ausência de pagamento de aposentadorias e pensões, de forma direta, por parte do Poder Executivo Municipal.

Diante do exposto, depreende-se que o pagamento de benefícios previdenciários está atendendo à determinação constitucional, respeitando a unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social.

3 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Regime Próprio de Previdência foi instituído por meio da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992 (alterada pela Lei Municipal 158, de 11 de novembro de 1997 e pela Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020). O plano de benefícios concedidos aos seus segurados está previsto no art. 6º da referida legislação, e se constitui em:

Art. 6º. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Iconha – IPASIC concederá, nos termos desta Lei, os seguintes benefícios:

I – quanto ao segurado

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentaria por idade;
- c) Aposentadoria por tempo de serviço;
- d) Aposentadoria especial.

II – quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte.

Para custear tais despesas, por meio dos arts. 3º e 5º da Lei Municipal 34/1992, (alterados pela Lei Municipal 1.166/2020), foram fixadas as seguintes alíquotas para o plano de custeio:

Art. 3º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação aos Segurados serão consignadas nas respectivas folhas de

pagamento, sendo devida no percentual de 14% (quatorze por cento), incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

[...]

Art. 5º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação ao Município e demais Órgãos a que estão subordinados os Segurados, nos termos do inciso I do art. 2º, **será de 19,56% (dezenove vírgula cinquenta e seis por cento) de custo normal**, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

As contribuições previdenciárias do servidor e a patronal deverão ser repassadas ao Regime Próprio de Previdência Social até o dia 20 do mês subsequente, nos termos do § 1º, do art. 32, da Lei Municipal 34/1992, com redação dada pela Lei Municipal 722/2013.

A alíquota de contribuição previdenciária dos servidores se encontra estabelecida no percentual de 14,00% da base de cálculo, conforme previsão do art. 3º da Lei Municipal 34/1992 (alterada pela Lei Municipal 1.166/2020).

As alíquotas patronais, de responsabilidade dos órgãos e entidades municipais, destinadas à cobertura do custeio normal dos benefícios previdenciários, apresentam a seguinte evolução, conforme demonstrado:

Tabela 3) Alíquotas Patronais Destinadas ao Custeio Normal do RPPS

Histórico	Dispositivo Normativo	Alíquota
1	Art. 5º da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992	10,00%
2	Art. 2º da Lei Municipal 462, de 22 de novembro de 2007	11,00%
3	Art. 1º da Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	13,64%
4	Art. 1º da Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	12,83%
5	Art. 1º da Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	13,02%
6	Art. 1º da Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	14,09%
7	Art. 2º da Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	15,26%
8	Art. 3º da Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	17,44%
9	Art. 1º da Lei Municipal 974, de 05 de julho de 2017	17,44%
10	Art. 2º da Lei Municipal 1.038, de 06 de julho de 2018	19,56%
11	Art. 2º da Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	19,56%
12	Art. 2º da Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020	19,56%

Fonte: RT 65/2021-9 (Proc. TC 2934/2020-9) e legislação municipal.

Com base nos dados encaminhados à Secretaria de Previdência do Governo Federal, por meio do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), demonstra-se a evolução do quantitativo de beneficiários vinculados ao RPPS:

Tabela 4) Quantitativo de Beneficiários Vinculados ao RPPS

DRAA	2017	2018	2019	2020	2021
Data-base da avaliação	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Servidores Ativos	356	364	350	334	311
Aposentados	77	89	99	112	129
Pensionistas	29	31	32	32	36
Total	462	484	481	478	476

Fonte: RT 65/2021-9 (Proc. TC 2934/2020-9) e demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev/SPPREV/ME.

De acordo com a avaliação atuarial (DEMAAT), encaminhada em 2021, data focal: 31/12/2020, constata-se que a proporção de ativos/inativos está em 1,88, significando um quadro crítico² para o RPPS, segundo classificação de Nogueira (fls. 220/221)³.

3.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O equilíbrio financeiro decorre de disposições expressas do art. 40, *caput*, da Constituição Federal, do art. 69 da LRF, assim como do art. 1º da Lei 9.717/1998, representando a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações assumidas pelo RPPS em cada exercício financeiro.

O ente federativo deve garantir a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, sendo responsável pela cobertura de insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de obrigações, nos termos previstos no art. 2º da Lei 9.717/1998.

² Os RPPS de cada grupo foram qualificados no que se refere **à relação existente entre o número total de servidores ativos e o número total de aposentados e pensionistas**, conforme as seguintes faixas de “Situação”:

a) Crítico (até 3,0): Para cada aposentado ou pensionista existem no máximo 3 servidores ativos. Um RPPS nessa situação possivelmente já apresenta um déficit financeiro, que está sendo suprido pela utilização de recursos do Ativo Líquido acumulado no passado ou por meio de aportes mensais repassados pelo Estado ou Município.

b) Preocupante (mais de 3,0 até 5,0): Para cada aposentado ou pensionista existem entre 3 e 5 servidores ativos. Talvez esse RPPS ainda não apresente déficit financeiro, mas a relação indica que brevemente a arrecadação das contribuições sobre a folha de pagamento dos servidores ativos se tornará insuficiente para o pagamento das aposentadorias e pensões.

c) Razoável (mais de 5,0 até 10,0): Para cada aposentado ou pensionista existem entre 5 e 10 servidores ativos. Situação intermediária, na qual o RPPS ainda manterá o seu superávit financeiro por algum tempo.

d) Confortável (mais de 10,0): Para cada aposentado ou pensionista existem mais de 10 servidores ativos. O RPPS manterá seu superávit financeiro por um período considerável, permitindo que seu Ativo Líquido continue tendo acumulação de recursos. [g. n]

³ NOGUEIRA, Naron Gutierre. O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de estado. Brasília: MPS, 2012. 336 pág.

3.1.1 Resultado Orçamentário do Regime de Previdência

O Regime Próprio de Previdência do município de Iconha apresentou o seguinte resultado orçamentário do exercício financeiro, conforme demonstrado:

Tabela 5) Balanço Orçamentário do RPPS **Em R\$ 1,00**

RECEITAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR	DESPESAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Contribuições	2.931.018,70	4.188.420,27	Pessoal e Encargos	4.098.993,15	3.637.712,03
Patrimonial	0,00	0,00	Outras Desp. Correntes	140.275,02	125.855,05
Outras Rec. Correntes	1.953.376,52	535.081,41	Investimentos	8.243,00	0,00
Déficit	0,00	0,00	Superávit	637.394,05	960.414,60
TOTAL	4.884.905,22	4.723.981,68	TOTAL	4.884.905,22	4.723.981,68

Fonte: Demonstrativo BALORC/RPPS – PCA/2020; PCA/2019.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Em consulta aos Balanços Orçamentários do RPPS, observa-se o comportamento do resultado orçamentário dos últimos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 6) Evolução do Resultado Orçamentário do RPPS **Em R\$ 1,00**

Exercício	Resultado Orçamentário
2018	1.212.254,28
2019	960.414,60
2020	637.394,05

Fonte: Demonstrativo BALORC/RPPS – PCA/2020; PCA/2019; PCA/2018.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Verifica-se que o resultado orçamentário do exercício de 2020 apresentou redução, comparativamente aos resultados dos exercícios anteriores, apesar da manutenção do resultado orçamentário positivo.

3.1.2 Resultado Financeiro do Regime de Previdência

No exercício em análise, observa-se que as receitas correntes, deduzida a receita para amortização do déficit atuarial, foram suficientes para o pagamento de benefícios previdenciários e despesas administrativas do RPPS.

Tabela 7) Equilíbrio Financeiro do Fundo Previdenciário **Em R\$ 1,00**

Análise financeira do RPPS	
(+) Receita Orçamentária	4.884.905,22
(+) Transferências Financeiras Recebidas	1.437.156,79
(-) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	1.904.646,07
(-) Despesas Empenhadas	4.247.511,17
(=) Suficiência Financeira	169.904,77

Fonte: Demonstrativo BALORC, BALEXOR, DEMVAP e BALFIN do RPPS– PCA/2020.

Depreende-se que o Regime Próprio de Previdência foi capaz de manter o equilíbrio financeiro em suas operações, resguardando o rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas à amortização do déficit atuarial do RPPS.

3.1.3 Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira

O aporte concedido para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário resultou no seguinte dispêndio em sua origem e arrecadação em seu destino, conforme transferências financeiras registradas:

Tabela 8) Transferências Financeiras **Em R\$ 1,00**

UNIDADES GESTORAS	ENTE	FP
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.377.912,22	1.437.156,79
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	9.940.755,43	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	1.437.156,79	1.437.156,79
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	11.377.912,22	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	9.940.755,43	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	1.437.156,79	0,00

Fonte: Demonstrativo BALFIN/RPPS – PCA/2020 e sistema CidadES.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Em consulta ao Balanço Financeiro, observa-se o comportamento dos aportes recebidos para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário nos últimos exercícios, conforme segue:

Tabela 9) Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira do FP/RPPS **Em R\$ 1,00**

Exercício	Aporte Financeiro	RCL	Proporção
2018	0,00	46.952.473,43	0,00%
2019	346.000,00	50.789.799,59	0,68%
2020	1.437.156,79	55.843.704,01	2,57%

Fonte: RT 65/2021-9 (Proc. TC 2934/2020-9) e demonstrativo BALFIN/RPPS – PCA/2020; PCA/2019; PCA/2018.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Identifica-se o crescimento do aporte financeiro, no exercício de 2020, bem como crescimento na relação entre o aporte financeiro e a Receita Corrente Líquida auferida pelo município de Iconha, revelando aumento na necessidade de cobertura de insuficiência financeira por parte do Tesouro Municipal.

3.1.4 Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência

Da análise dos dados a seguir, constata-se que a unidade gestora possui capacidade de formação de reserva, tendo contribuído, neste exercício, com um valor adicional de R\$ 169.904,77.

Tabela 10) Capacidade de Formação de Reservas **Em R\$ 1,00**

Formação de Reservas	
(=) Superávit financeiro do exercício anterior, no Balanço Patrimonial	35.429.857,49
(+) Rendimentos das Aplicações Financeiras	6.264.122,42
(-) VPD Financeiras	4.697.013,08
(+) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	1.904.646,07
(=) Saldo que <u>deveria existir</u> para Equacionamento do Déficit Atuarial	36.996.966,83
(=) Superávit financeiro existente, no Balanço Patrimonial	39.071.517,67
(=) Variação das Reservas do RPPS	169.904,77

Fonte: Demonstrativos BALPAT, BALEXOR e DEMVAP do RPPS – PCA/2020.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Desta forma, verifica-se que a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha, no exercício de 2020, apresenta-se equilibrada, com recursos suficientes para arcar com o pagamento de benefícios previdenciários, possibilitando a formação de reservas, ainda que necessária à cobertura de déficit atuarial por meio de plano de amortização e a transferência de recursos para aporte financeiro.

As reservas do RPPS apresentaram os seguintes resultados nos últimos exercícios financeiros, conforme demonstrado:

Tabela 11) Evolução das Reservas do RPPS **Em R\$ 1,00**

Exercício	Resultado
2018	29.019.823,30
2019	35.429.857,49
2020	39.071.517,67

Fonte: Demonstrativo BALPAT/RPPS – PCA/2020; PCA/2019.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Dessa forma, conforme as prestações de contas anuais apresentadas pelo RPPS, identifica-se crescimento das reservas por parte do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha.

3.1.5 Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos

3.1.5.1 Contribuições Previdenciárias

Com base nas peças que integram a PCA do RPPS, foram analisados os recolhimentos de valores devidos em contribuições previdenciárias, a título de obrigações patronais devidas pelos órgãos e entidades municipais, bem como obrigações retidas dos servidores e recolhidas para o regime previdenciário.

Tabela 12) Receita de Contribuições Devidas ao RPPS (competência) Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	704.223,62	0,00	1.199.881,94	1.904.105,56
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	257.905,23	0,00	457.026,49	714.931,72
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	33.589,90	0,00	56.917,51	90.507,41
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	66.140,34	0,00	110.765,71	176.906,05
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	2.786,43	0,00	4.661,27	7.447,70
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	11.002,25	7.712,25	18.481,58	37.196,08
Total		1.075.647,77	7.712,25	1.847.734,50	2.931.094,52

Fonte: Demonstrativo DEMREC/RPPS – PCA/2020.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Tabela 13) Receita de Contribuições Recolhidas ao RPPS Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	703.834,57	0,00	1.199.881,94	1.903.716,51
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	257.905,23	0,00	457.026,49	714.931,72
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	33.589,90	0,00	56.917,51	90.507,41
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	66.140,34	0,00	110.765,71	176.906,05
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	2.529,78	0,00	4.302,72	6.832,50
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	11.002,25	7.712,25	18.481,58	37.196,08
Total		1.075.002,07	7.712,25	1.847.375,95	2.930.090,27

Fonte: Demonstrativo DEMREC/RPPS – PCA/2020.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Considerando as contribuições previdenciárias recolhidas por cada órgão e entidade com vínculo ao regime previdenciário, promove-se o confronto entre os valores devidos e os efetivamente arrecadados, possibilitando a identificação de débitos não repassados:

Tabela 14) Receita de Contribuições não Recolhidas ao RPPS**Em R\$ 1,00**

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	-389,05	0,00	0,00	-389,05
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	-256,65	0,00	-358,55	-615,20
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		-645,70	0,00	-358,55	-1.004,25

Obs.: Evidencia a diferença entre as contribuições devidas e recolhidas**Fonte:** Demonstrativo DEMREC/RPPS – PCA/2020.**Nota:** Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Portanto, com base no DEMREC/RPPS, bem como na DELQUIT/RPPS e DELREPI, conclui-se pela ausência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS. No entanto, constata-se que os valores não repassados se restringem à competência 12/2020, podendo ser recolhidos até o dia 20 do mês subsequente, nos termos do § 1º, do art. 32, da Lei Municipal 34/1992, com redação dada pela Lei Municipal 722/2013.

3.1.5.2 Parcelamentos Previdenciários

Foram analisadas as informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia⁴, por meio de acesso público ao sistema Cadprev, oportunidade em que não foi identificado parcelamento vigente no exercício de 2020, firmado junto ao RPPS.

Verifica-se correspondência entre as informações disponibilizadas pelo sistema Cadprev e os controles apresentados pelo relatório detalhado de parcelamentos previdenciários firmados (RELPAR/RPPS), bem como pela documentação relacionada aos parcelamentos firmados (DOCSPAR/RPPS).

Acrescenta-se que, na declaração do Prefeito (DELREPI), não há menção sobre parcelamentos firmados com o RPPS.

⁴ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

Diante do exposto, conclui-se pela ausência de parcelamentos vigentes ao longo do exercício financeiro de 2020.

3.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, o **equilíbrio financeiro e atuarial** constitui um princípio para o ente federativo que institui o Regime Próprio de Previdência, assim como **um pilar de sustentabilidade da gestão fiscal responsável**, tendo em vista que eventual desequilíbrio pode comprometer suas finanças públicas.

A mensuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS se faz por meio de estudo técnico denominado **avaliação atuarial**, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário. Seu papel é **avaliar o plano de custeio do RPPS** para que se mantenha equilibrado, garantindo-se a continuidade do pagamento de benefícios, exigência essa prevista no art. 1º, inc. I, da Lei 9.717/1998.

3.2.1 Avaliação Atuarial do Exercício

Segundo a Previdência Social, as reavaliações atuariais anuais devem apurar a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência, avaliando a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas, com objetivo de apontar as medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Em consulta à legislação municipal, observa-se que o município de Iconha não instituiu a segregação da massa no RPPS, conforme se verifica das informações encaminhadas por meio do estudo de avaliação atuarial (DEMAAT), elaborado pelo atuário, Richard M. Dutzmann, registrado no MIBA sob nº 935.

Nos termos do DEMAAT, o RPPS apresentou saldo em ativos, do Plano Previdenciário, em montante inferior às provisões matemáticas previdenciárias:

Tabela 15) Apuração do Resultado Atuarial**Em R\$ 1,00**

RESULTADO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	
(-) Provisões Mat. de Benefícios Concedidos (PMBC)	52.838.247,64
(-) Provisões Mat. de Benefícios a conceder (PMBac)	58.452.381,29
(+) Total de ativos do RPPS	39.241.332,87
RESULTADO ATUARIAL = DÉFICIT ATUARIAL	(72.049.296,06)
(+) Plano de amortização	60.892.970,39
COBERTURA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO = DÉFICIT ATUARIAL	(11.156.325,67)

Fonte: Demonstrativo DEMAAT, data da elaboração: 26/02/2021 e data focal: 31/12/2020 – PCA/2020.

Assim, com base na avaliação atuarial (DEMAAT), verifica-se que o Regime de Previdência não possui equilíbrio atuarial, visto que seus ativos não são suficientes para a cobertura das provisões matemáticas previdenciárias. Além disso, depreende-se que o plano de amortização deverá ser revisado com o objetivo de promover o equilíbrio atuarial, tendo em vista a sua incapacidade de cobertura do déficit.

3.2.2 Evolução das Avaliações Atuariais

Com base nos dados encaminhados à Secretaria da Previdência, do Ministério da Economia, por meio do sistema Cadprev, evidencia-se a evolução das provisões matemáticas previdenciárias com o objetivo de acompanhar o resultado atuarial do regime previdenciário, desconsiderando-se o plano de amortização.

Tabela 16) Evolução das Avaliações Atuariais**Em R\$ 1,00**

DRAA	2017	2018	2019	2020	2021
Data base	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
a) Ativos - PP	22.187.748,00	25.666.881,28	29.189.460,30	34.769.299,42	39.241.332,87
b) Prov. Mat.	(51.439.677,71)	(64.079.794,87)	(73.465.412,55)	(90.718.633,28)	(111.290.628,93)
Cobertura = a/b	0,43	0,40	0,40	0,38	0,35
Resultado = a-b	(29.251.929,71)	(38.412.913,59)	(44.275.952,25)	(55.949.333,86)	(72.049.296,06)
Evolução (%)	-	31,32%	15,26%	26,37%	28,78%
Método de Fin.	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC
Atuário	Thiago Fernandes	Thiago Fernandes	Thiago Fernandes	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann

Fonte: RT 65/2021-9 (Proc. TC 2934/2020-9) e demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev/SPPREV/ME.

Conclui-se que as provisões matemáticas previdenciárias apresentam uma evolução superior ao acúmulo de ativos, motivo que justifica a diminuição do índice de cobertura; resultando em crescimento da necessidade de cobertura do déficit atuarial por meio de plano de amortização.

3.2.3 Implementação e Efetividade do Plano de Amortização

De acordo com a Portaria MPS 464/2018, caso a avaliação atuarial de encerramento de exercício apure **déficit atuarial**, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, abrangendo instituição de plano de amortização, segregação da massa e outras medidas complementares.

O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização definidas na instrução normativa mencionada da Secretaria de Previdência, devendo constar, do Relatório da Avaliação Atuarial, em caso de modificação da modelagem adotada, a justificativa técnica para a alteração, com a demonstração dos seus impactos para o nível de solvência do RPPS.

Art. 54. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá observar os seguintes critérios, além daqueles previstos no art. 48:

I - garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com as suas obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais de que trata o art. 10;

II - que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício;

III - que seja adotado plano que proporcione menor custo total, compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo;

IV - não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e

V - contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano.

[...]

§ 3º Para atendimento ao requisito previsto no inciso V do caput, a lei que instituir ou alterar plano de amortização deverá identificar todas as alíquotas e aportes e respectivos períodos de exigência por meio de tabela, além de conter os prazos para repasse na forma do inciso I do art. 50, não se admitindo a simples menção a percentuais e a outros aspectos constantes da avaliação atuarial respectiva.

Como forma de equacionamento do déficit atuarial, o ente federativo adotou plano de amortização por meio de alíquota suplementar crescente, estabelecido, inicialmente, por meio da Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009.

Tabela 17) Evolução dos Planos de Amortização do Déficit Atuarial

Histórico	Dispositivo Normativo	Modelo
1	Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	Alíquota suplementar fixa (6,83%)
2	Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	Alíquota suplementar fixa (5,85%)
3	Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	Alíquota suplementar fixa (7,40%)
4	Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	Alíquota suplementar fixa (8,06%)
5	Lei Municipal 757, de 14 de agosto de 2013	Alíquota suplementar fixa (10,60%)
6	Lei Municipal 826, de 10 de julho de 2014	Alíquota suplementar fixa (11,67%)
7	Lei Municipal 910, de 21 de dezembro de 2015	Alíquota suplementar fixa (7,50%)
8	Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	Alíquota suplementar crescente
9	Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	Alíquota suplementar crescente
10	Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	Aportes atuariais crescentes
11	Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020	Aportes atuariais crescentes

Fonte: RT 65/2021-9 (Proc. TC 2934/2020-9), legislação municipal e Demonstrativo RELCUST/RPPS – PCA/2020.

Considerando que o plano de amortização do déficit atuarial foi revisado pela Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020; identifica-se a seguinte evolução das alíquotas suplementares e aportes atuariais:

Tabela 18) Alíquotas Suplementares e Aportes Atuariais

Exercício	Lei 757/2013	Lei 826/2014	Lei 910/2015	Lei 929/2016	Lei 958/2017	Lei 1084/19	Lei 1166/20
2016	10,60%	11,67%	7,50%	7,50%	-	-	-
2017	10,60%	11,67%	7,50%	9,04%	9,04%	-	-
2018	10,60%	11,67%	7,50%	10,91%	10,91%	-	-
2019	10,60%	11,67%	7,50%	12,77%	12,77%	1.285.552,69	-
2020	10,60%	11,67%	7,50%	14,64%	14,64%	1.524.129,92	1.840.000,00
2021	10,60%	11,67%	7,50%	16,51%	16,51%	1.767.350,15	2.080.000,00
2022	10,60%	11,67%	7,50%	18,38%	18,38%	2.015.282,37	2.330.000,00
2023	10,60%	11,67%	7,50%	20,24%	20,24%	2.267.996,49	3.515.000,00
2024	10,60%	11,67%	7,50%	22,11%	22,11%	2.525.563,38	4.231.866,84
2025	10,60%	11,67%	7,50%	23,98%	23,98%	2.788.054,80	4.231.866,84
2026	10,60%	11,67%	7,50%	25,85%	25,85%	3.055.543,49	4.231.866,84
2027	10,60%	11,67%	7,50%	27,71%	27,71%	3.328.103,15	4.231.866,84
2028	10,60%	11,67%	7,50%	29,58%	29,58%	3.605.808,45	4.231.866,84
2029	10,60%	11,67%	7,50%	31,45%	31,45%	3.888.735,04	4.231.866,84
2030	10,60%	11,67%	7,50%	33,31%	33,31%	4.176.959,58	4.231.866,84
2031	10,60%	11,67%	7,50%	35,18%	35,18%	4.470.559,75	4.231.866,84
2032	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.769.614,22	4.231.866,84
2033	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.817.310,36	4.231.866,84
2034	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.865.483,46	4.231.866,84
2035	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.914.138,30	4.231.866,84
2036	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.963.279,68	4.231.866,84
2037	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.012.912,48	4.231.866,84
2038	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.063.041,60	4.231.866,84
2039	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.113.672,02	4.231.866,84
2040	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.164.808,74	4.231.866,84
2041	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.216.456,83	4.231.866,84
2042	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.268.621,39	4.231.866,84
2043	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2044	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2045	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2046	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2047	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84

2048	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2049	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2050	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2051	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2052	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2053	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84
2054	-	-	-	-	-	-	4.231.866,84

Fonte: RT 65/2021-9 (Proc. TC 2934/2020-9) e legislação municipal.

Informa-se que o RT 65/2021-9 (Proc. TC 2934/2020-9) relatou, com base na avaliação atuarial (DEMAAT), com data base posicionada em 31/12/2019, que o plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial foi considerado insuficiente, situação que exigiria uma revisão do plano de custeio, medida que deveria ser adotada no exercício imediatamente subsequente.

Registra-se que a avaliação atuarial (DEMAAT), elaborada em 26/02/2021, com data focal em 31/12/2020, constante nesta prestação de contas, recomenda ajustar o plano de custeio, em função das possibilidades abertas pela Portaria 19.451/2020, que estabelece novas diretrizes para a determinação da taxa de administração, admitindo-se a elevação da alíquota do ente federativo para **21,16%** (17,56% + 3,60%, ente federativo e taxa de administração, respectivamente). Quanto ao equacionamento do déficit atuarial, o DEMAAT, em seu item 9.2, afirma que como a Instrução Normativa 07/2018 oferece a possibilidade de se deduzir o limite de déficit atuarial (LDA) do valor do déficit atuarial apurado na avaliação, apurou-se um resultado atuarial superavitário, dispensando a obrigação de revisar o plano de amortização em curso, mantendo-se a disponibilidade de utilização do LDA para recálculo do plano de amortização. Segue imagem da demonstração:

RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Deficit Atuarial Apurado	-72.049.296,06
Limite de Deficit Atuarial (LDA)	12.713.392,93
Deficit Atuarial a Equacionar	-59.335.903,13
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-60.892.970,39
Resultado Superavitário	1.557.067,26

Constata-se que para o equacionamento do déficit técnico atuarial do Regime Próprio, por intermédio das Leis Municipais 1.084/2019 e 1.166/2020, a adoção de aportes atuariais resultou na seguinte receita:

Tabela 19) Recebimento de Recursos para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Conta Contábil	Descrição	Valores
4.5.1.3.2.02.05	Recursos para Cob. de Déficit Atuarial – Alíquota Suplementar	1.901.425,42
4.9.9.9.1.00.00	VPA decorrentes de Fatos Geradores Diversos (Multas e Juros de Mora)	3.220,65
Total		1.904.646,07

Fonte: Demonstrativo BALVERF e BALEXOR do RPPS – PCA/2020.

Em contrapartida, o ente federativo registrou a seguinte execução orçamentária relacionada ao pagamento do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS:

Tabela 20) Execução Orçamentária para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Unidades Gestoras	Alíq.Suplem. Ativo PP 3.1.91.13.20	Alíq.Suplem. Inativo PP 3.1.91.13.21	Alíq.Suplem. Ativo PF 3.1.91.13.22	Alíq.Suplem. Inativo PF 3.1.91.13.23	Aporte Cobert. Déficit Atuarial 3.3.91.97.00	Total
032E0100002	0,00	0,00	0,00	0,00	64.779,66	64.779,66
032E0500001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0700001	0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.352,24	1.734.352,24
032L0200001	0,00	0,00	0,00	0,00	105.514,17	105.514,17
032E0800001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904.646,07	1.904.646,07

Fonte: Demonstrativo BALEXOD – PCM/2020.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES, no RTC/GOV preliminar do IPASIC.

Portanto, depreende-se pela existência de proporcionalidade entre o registro de aportes atuariais, por parte do órgão gestor do RPPS, e o respectivo repasse pelos demais órgãos transferidores.

Com relação à efetividade do plano de amortização, verifica-se que o art. 54, inc. II, da Portaria MF 464/2018 dispõe acerca da efetividade do plano de amortização adotado. Contudo, em dezembro de 2018, a Secretaria de Previdência ligada ao Ministério da Fazenda publicou a IN SPREV 07/2018 que dispõe sobre os planos de amortização do déficit atuarial dos regimes próprios de previdência social (RPPS).

O art. 9º da IN regulou os prazos de implementação das regras estabelecidas no art. 54, II, da Portaria MF 464/2018:

Art. 9º A aplicação do critério previsto no inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018, deverá ser demonstrada no DRAA, por meio das informações da composição do pagamento relativas ao plano de amortização.

Parágrafo único. A adequação do plano de amortização ao disposto no inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018, poderá ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, a partir do exercício de 2021, na forma de alíquotas ou aportes, à razão de um terço do necessário a cada ano, até atingir o valor que atenda a esse critério em 2023. [g. n.]

Com isso, a verificação do cumprimento da efetividade do plano de amortização somente seria exigível a partir do exercício de 2021, à razão de um terço ao ano, até

a exigência de cumprimento total desse critério a partir do exercício de 2023.

4 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP representa um documento, fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta a regularidade em relação à Lei 9.717/1998, por parte do regime próprio de previdência.

Conforme previsão do art. 7º da Lei 9.717/1998, a regularidade na emissão do CRP constitui requisito para: realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Em consulta ao portal eletrônico da Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, constata-se a existência de CRP, no exercício de 2020, para os seguintes períodos: 09/09/19 a 07/03/20, 07/03/20 a 03/09/20 e 03/09/20 a 02/03/21); atestando a regularidade junto às obrigações previstas pela Lei 9.717/1998; encontrando-se, atualmente, com validade até 10/03/2022⁵.

5 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

As contas anuais, ora analisadas, refletem a conduta do Sr. João Paganini, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, referente à condução da política previdenciária no exercício de 2020.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020, nas prestações de contas dos demais órgãos do município de Iconha, do exercício de 2020, assim como dos exercícios anteriores, e

⁵ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 07/03/2022.

nos demonstrativos consultados no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Sob o aspecto técnico-contábil, no que tange à condução da política previdenciária pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da prestação de contas do Sr. João Paganini, no exercício de 2020, nos termos do art. 80, inciso I, da Lei Complementar Estadual 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES).

Vitória – ES, 08 de março de 2022.

(documento assinado digitalmente)
Adriane de Paiva Lima
Auditora de Controle Externo
Matrícula: 203.104
CRC-ES 8.399/0-6